

EFETIVIDADE DO PROGRAMA SUPERVISÃO MILITAR EDUCACIONAL DA PMPA

Jorge Fabricio dos Santos
Moisés Batista Campos Baia
Wando Dias Miranda
Roberto Magno Reis Netto

Resumo: As escolas brasileiras enfrentam desafios relacionados à violência e à criminalidade, realidade também presente na rede pública do Pará. Este estudo analisou a percepção de policiais militares e estudantes sobre o Programa Supervisão Militar Educacional (PSUME), desenvolvido na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, em Belém/PA, para avaliar sua contribuição à segurança e ao ambiente escolar. A pesquisa, de natureza aplicada, bibliográfica, documental e de campo, adotou abordagem quanti-qualitativa, exploratória e descritiva, com análise de conteúdo e estatística descritiva. Os resultados indicam que o abandono escolar está associado à falta de perspectivas e à necessidade de trabalho. Antes do programa, predominavam o uso e o tráfico de drogas; atualmente, destacam-se conflitos escolares tratados por orientações pedagógicas e advertências. Os clubes do PSUME contribuíram para melhorias no comportamento e na frequência escolar. Os estudantes relataram maior sensação de segurança, corroborando a redução dos índices criminais na escola e em seu entorno.

Palavras-chave: Policiais militares; Sensação de segurança; Conflitos escolares.

Abstract: Brazilian schools face challenges related to violence and crime, a reality that also affects the public school system in the State of Pará. This study analyzed the perceptions of military police officers and students regarding the Educational Military Supervision Program (PSUME), implemented at Brigadeiro Fontenelle State School in Belém, Pará, to evaluate its contribution to school safety and the educational environment. This applied research employed bibliographic, documentary, and field methods, adopting a mixed-methods, exploratory, and descriptive approach, with data analyzed through content analysis and descriptive statistics. The results indicate that school dropout is associated with a lack of future prospects and the need to work. Before the program, drug use and trafficking were the predominant problems; currently, school conflicts are the main concern and are addressed through pedagogical guidance and disciplinary warnings. PSUME activity clubs contributed to improvements in student behavior and school attendance. Students also reported an increased sense of safety, corroborating the reduction in crime rates within the school and its surrounding area.

Keywords: Military police officers; Sense of safety; School conflicts.

1. INTRODUÇÃO

A problemática da violência e da criminalidade no âmbito escolar têm sido foco de discussões no mundo inteiro por parte de diversos segmentos da sociedade. A dinâmica da violência no seio escolar se revela de forma heterogênea e peculiar, envolvendo múltiplos atores e fatores, internos e externos, despertando assim a necessidade precípua do Estado lidar com esta questão de forma interdisciplinar, no que tange às suas políticas públicas. No contexto da Polícia Militar do Pará (PMPA), destaca-se o Programa Supervisão Militar Educacional (PSUME) que agrega diferentes atores da comunidade escolar em prol da paz social nas unidades de ensino participantes do programa (Santos et al., 2025).

Os conflitos existentes no âmbito escolar manifestam-se de variadas formas, conforme demonstra o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 (FBSP, 2025), tais como bullying, racismo, intolerância étnica e/ou religiosa, dentre outros problemas. A pesquisa revela ainda a preocupação que os educadores demonstram com as condições de segurança inadequadas nas entradas e saídas das instituições escolares, que podem favorecer o ingresso de substâncias entorpecentes, armas e demais objetos, bem como indivíduos que ponham em risco o bem-estar do corpo escolar.

Na visão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia (UNESCO) a violência escolar não apenas manifesta-se de forma física e no campo real, mas de igual modo de forma psicológica e no campo virtual, a exemplo do cyberbullying e, desta feita, a instituição defende que a prevenção e o enfrentamento desta problemática deve agregar instrumentos multidisciplinares e intersetoriais entre a sociedade e o Poder Público (UNESCO, 2019).

Desta forma, Cordeiro et al. (2023) ressaltam a atuação dos policiais militares no PSUME como importantes aliados da coordenação pedagógica nas escolas contempladas pelo programa, no que tange à resolução dos variados tipos de conflitos escolares, tendo em vista as mais variadas formações acadêmicas destes agentes públicos, bem como suas especializações profissionais, no que tange aos demais programas de prevenção primária existentes na organização.

Neste sentido, a escola como uma organização basilar, onde desde as idades mais tenras são construídos os valores do indivíduo, que segundo a visão de Silva e Ferreira (2014), é inserido na sociedade e aprende a lidar com as inúmeras diferenças, sejam étnicas, religiosas, culturais, dentre outras e que Thomaz e Oliveira (2009) reafirmam como um local de formação de cidadãos atuantes e críticos, fomento ao respeito aos direitos e à dignidade humana. Neste escopo atuam os programas de prevenção primária da PMPA, no intuito de fomentar valores e abarcar determinados fatores, endógenos e exógenos, apontados como indutores da violência e da criminalidade.

Esse tema foi escolhido em virtude da PMPA ofertar em seu rol de programas de prevenção primária o Programa Supervisão Militar Educacional (PSUME), no qual policiais militares (denominados de supervisores militares) atuam permanentemente nas escolas contempladas pela iniciativa, de forma sinérgica com a coordenação escolar, buscando dirimir os diversos focos de conflitos existentes neste ambiente por meio da promoção de valores como disciplina, educação e respeito aos direitos humanos, ao passo que contribuem para tornar o espaço escolar em um ambiente seguro para comunidade escolar e propício ao bom aprendizado.

dos alunos (Cordeiro et al., 2023).

Baseando-se na premissa notória de que a presença constante de agentes policiais em determinado local possa despertar inúmeras reações positivas ou negativas, de igual modo no ambiente escolar, sendo portanto de suma importância estudar e avaliar como se processa esta recente estratégia de prevenção efetivada pela Polícia Militar do Pará.

Nesse sentido, estes policiais militares, enquanto profissionais de Segurança Pública, executam diversas modalidades de policiamento ostensivo e repressivo, inclusive em ambientes escolares e torna-se necessário observar de que forma a Polícia Militar do Pará, mediante o Programa Supervisão Militar Educacional (PSUME) exerce a prevenção primária junto à comunidade escolar e de que modo estes agentes e os alunos atendidos pelo programa enxergam esta atuação.

Desta feita, no intuito de elucidar a compreensão da atuação do PSUME foi selecionada a Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, no Bairro Terra Firme, Município de Belém, Estado do Pará, para o presente estudo, sendo definida a seguinte questão problema para balizar os trabalhos acadêmicos: Quais os indicadores de efetividade do Programa Supervisão Militar Educacional na Escola Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, Belém/PA sob a ótica dos policiais militares e alunos envolvidos?

A presente pesquisa científica debruça-se em 03 (três) questões norteadoras, as quais designam o caminho metodológico que foram percorridos para obtenção dos resultados cientificamente estruturados: a) Como se caracterizam as relações sociais no meio escolar que impactam direta e indiretamente a segurança pública? b) Como se define o Programa Supervisão Militar Educacional –PSUME na Polícia Militar do Pará –PMPA e quais as normas jurídicas e técnicas que a embasam? c) Qual a efetividade do Programa Supervisão Militar Educacional na Escola Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, Belém/PA sob a ótica dos policiais militares e alunos envolvidos?

Assim, com essa contextualização inicial, este trabalho objetiva apresentar a percepção dos policiais militares e alunos participantes do Programa Supervisão Militar Educacional –PSUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, no bairro da Terra Firme em Belém/PA, quanto aos serviços prestados por esta iniciativa da Polícia Militar do Pará, com a expectativa de auxiliar que o referido programa torne-se ainda mais eficaz e relevante na segurança pública paraense.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos o cenário escolar tem sido palco de diversos episódios violentos, desde conflitos entre alunos e demais indivíduos deste ambiente até o ponto extremo de ataques violentos, os quais enfatiza-se o massacre ocorrido em uma escola municipal, em Realengo, no Rio de Janeiro, em abril de 2011; e a fatalidade ocorrida em abril de 2023 em uma creche, em Blumenau na cidade de Santa Catarina. Ambos os fatídicos acontecimentos resultaram em diversas vítimas fatais: crianças, adolescentes e professores. O exponencial crescimento neste tipo de ocorrência despertou respostas governamentais imediatas e diferenciadas, a exemplo do Decreto nº 11.469/2023, dispositivo legal federal que criou um grupo de trabalho interministerial capitaneado pelo Ministério da Educação para propor políticas de prevenção e enfrentamento à violência no âmbito escolar (Brasil, 2023).

O grupo de trabalho interministerial supracitado realizou uma ampla pesquisa, coletando e analisando dados do período 2002 até 2023, culminando em um valioso relatório com propostas de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à problemática em questão. Constatou-se, em suma, que estes episódios de violência são frequentemente perpetrados por alunos ou ex-alunos, quase sempre resultantes de ressentimentos, fracassos e correlacionados à outras experiências de violência, em suas múltiplas formas, vividas na comunidade escolar e/ou na vida do perpetrador. Observou-se ainda que das 37 escolas vitimadas por ataques de violência extrema no Brasil neste período, 30 são públicas (14 municipais e 16 estaduais) e sete são escolas privadas (Brasil, 2023).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2019) em um recente relatório aponta que a violência escolar é reflexo do contexto social em que a unidade de ensino está inserida, ultrapassando, muitas vezes os muros daquela instituição e trazendo diversas mazelas, dentre elas a evasão escolar, podendo este fenômeno manifestar-se tanto como causa quanto como consequência dos episódios violentos neste ambiente. Esta complexa correlação entre a evasão escolar e a criminalidade é objeto de estudos governamentais há décadas, como observou o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em seu Guia para Prevenção do Crime e da Violência (2005):

A evasão escolar é um dos fatores preditores para a criminalidade e a violência. É muito mais provável que jovens evadidos da escola se envolvam em atos delinquentes mais sérios quando comparados com aqueles que mantêm seu vínculo com ela (Brasil, 2005, p. 37).

Ferreira (1997, p. 922) reforça esta premissa acrescentando que “os problemas disciplinares estão mais presentes nos alunos que não se ajustam à escola e que raramente participam nas atividades escolares”. Reforça-se o entendimento de que afastado do ambiente escolar e dos cuidados do Estado, Polo (2022) aponta que o indivíduo está mais vulnerável às mazelas sociais, tais como violências sexuais, físicas, psicológicas, dentre outras, e segundo Iaralha (2015) podendo ser vítima e, influenciado pelo meio e pelos pares, futuramente perpetrador.

Releva-se que segundo Dias (2012) as diversas literaturas a respeito apontam-nos uma intensa gama de fatores de risco que propiciam o adolescente às condutas ilícitas, não existindo um consenso referente à categorização e nomenclatura destas variáveis, contudo, Iaralha (2015) pontua fatores individuais, tais como comportamentais, psicológicos, utilização deficitária do tempo livre, dentre outros. No que se refere à fatores familiares Ferreira (1997) destaca que a delinquência é consequência de falhas estruturais no lar, no que tange à fraca supervisão parental, dificuldades econômicas e carências afetivas precoces. O autor alerta ainda sobre a influência dos pares, especialmente no meio escolar como um dos fatores preditores mais graves das práticas delinquentiais (Ferreira, 1997).

Analisando os principais motivos do absentismo escolar de duas escolas públicas na cidade de Belém/PA, Nascimento (2021) constatou que a principal causa desta problemática é a necessidade de trabalhar para ajudar a suprir as necessidades familiares. Calixto (2019) acentua que estes alunos, tentando conciliar trabalho e aulas lidam com atrasos, cansaço extremo e dificuldades cognitivas que resultam em desmotivação e consequentemente abandono dos

estudos. Seguidamente, a pesquisa revelou que a dificuldade de aprendizagem dos alunos de igual modo contribui para o abandono escolar, atribuída à falta de acompanhamento pedagógico, levando em consideração as diferenças individuais (Nascimento, 2021).

Por sua vez, Polo (2022) acentua o papel fundamental da família, sendo esta conhecedora da história e formação primária do indivíduo, devendo prover suas necessidades, proteger e acompanhar sua jornada escolar. Neste interím, Polo ressalta que esta é a primordial parceira da escola, no que tange ao estímulo à frequência, motivação e sucesso educacional do aluno, sendo então imprescindível articular estratégias intersetoriais e multidisciplinares que fomentem o diálogo e integração entre família, escola e demais órgãos estatais na prevenção e combate à evasão escolar (Polo, 2022).

Seguindo a premissa de Ferreira (1997) que aponta a evasão escolar um dos fatores de pré-disposição ao ingresso destas crianças e adolescentes na criminalidade, Leite, Botelho e Lima (2019) somam também a esta fórmula fatores de vulnerabilidade socioeconômica, já que privados de diversos direitos básicos como educação, saúde, assistência social, dentre outros estes indivíduos tendem a manifestar atitudes reativas e agressivas para com seus responsáveis ou com os profissionais da educação. Contudo, os autores asseveram que tais comportamentos considerados ameaçadores para a convivência social devem ser decodificados empaticamente por seus responsáveis, como uma forma destes reagirem aos sentimentos de rejeição, humilhação ou inferioridade que constantemente vivenciam no contexto social de desigualdade em que estão inseridos (Leite; Botelho; Lima, 2019).

Sob essa delicada ótica, observando fatores preditores da violência e criminalidade é que o Estado intervém através de políticas públicas de Prevenção Primária, conceito este previsto na Diretriz de Polícia Comunitária DPC N° 001/2018 da PMPA como a adoção de medidas de proteção específica com objetivo de evitar que a violência se manifeste, focando atender os fatores de risco, buscando reduzir a exposição de grupos populacionais ou fortalecer mecanismos protetores que atendam às vulnerabilidades sociais, como desemprego, desigualdade, pobreza, carências na educação, problemas de infraestrutura geral, dentre outros, acentuando ainda a qualidade de vida como essencial para o êxito deste tipo de prevenção (Pará, 2018).

Neste sentido, destacamos a política pública de segurança pública Programa Territórios Pela Paz (TerPaz), criado por meio do Decreto N° 141/2019, visando dirimir os problemas de criminalidade e vulnerabilidade social e a partir da articulação de ações de segurança pública e cidadania em vários bairros periféricos de Belém como os bairros do Guamá, Terra Firme, Cabanagem, Icuí e Jurunas, dentre outros (Pará, 2019). Consolidado como política pública através da Lei N° 9.771/2022, o TerPaz abarca diversos programas de prevenção primária, sobretudo da PMPA (Pará, 2022), em seu rol de serviços às escolas das comunidades atendidas, dentre os quais podemos relevar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e o Programa Supervisão Militar Educacional (PSUME).

Em nosso contexto paraense, a bicentenária PMPA tem constantemente aprimorado seu rol de serviços em prol da paz social nas escolas. Dentre as diversas modalidades de policiamento ostensivo e preventivo da corporação destacamos o Policiamento Escolar, previsto na Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará (Pará, 2014) como o tipo específico de policiamento voltado à proteger o ambiente e a comunidade escolar, promovendo, além do

policciamento convencional, ainda visitas comunitárias às escolas, palestras e reuniões periódicas com os demais atores do âmbito escolar, visando prevenir, identificar e buscar soluções eficazes para as demandas relacionadas à violência e criminalidade neste ambiente (Pará, 2014).

O Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) é a unidade da PMPA especialmente imbuída de realizar tal tipo de policiamento. Inicialmente denominada de Companhia Independente de Policiamento Escolar, por intermédio da Lei Complementar N° 165/2023 foi transformada em Batalhão (alterando a Lei Complementar n° 053/2006), expandindo sua estrutura organizacional e ampliando seu efetivo policial (Pará, 2023). Cordeiro et al. (2023) enfatizam que tal alteração legal foi uma resposta efetiva do Estado ao crescente número de ataques às escolas naquele ano, acompanhando ainda a reestruturação da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e ratificando a ação de presença da PMPA no espaço escolar (Cordeiro et al., 2023).

Neste sentido, concorde às políticas públicas de segurança pública do governo federal e estadual, a PMPA, recentemente, confeccionou o Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar – MAPE (Pará, 2024a). Tal manual traz instruções precisas sobre as peculiaridades das ações policiais efetuadas no complexo contexto escolar, bem como contribui para integrar e balizar a atuação das múltiplas redes serviços ofertados pela bicentenária corporação às instituições educacionais, dos quais destacamos o PSUME (Pará, 2024a).

Alinhado ao Plano Estratégico 2015/2025 da PMPA (Pará, 2015), bem como atendendo aos objetivos da Política de Segurança Pública - TerPaz (Pará, 2022a), os quais definiram a implementação das Escolas Militares como medida necessária à segurança no ambiente escolar, o Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) foi concebido, mediante a Portaria n° 81/2022 GAB-CMD, como atividade-fim da PMPA, imbuído de promover a prevenção primária na comunidade escolar e no entorno, extensivamente, com emprego de ações propositivas que fomentem o cultivo dos valores cívicos, éticos, morais e à cultura de paz e respeito aos direitos humanos (Pará, 2022b).

O PSUME é implementado nas escolas atendidas por meio de Acordo de Cooperação Técnica e/ou Convênio com ente requerente, seja municipal ou estadual. O efetivo policial militar que o compõe é capacitado no Curso Supervisão Militar Educacional – CSUME, ministrado pela Seção de Colégios da PM e Supervisão Militar (SESUM), subordinada ao Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC), onde absorvem conhecimentos e procedimentos especializados à realidade escolar, formando-se assim Supervisores Militares Educacionais (Pará, 2022b).

Os Supervisores Militares trabalham de forma sinérgica com a coordenação pedagógica, exercendo atividades de fiscalização de faltas, de comportamentos dos alunos, orientando-os de forma individual e coletiva, ao passo que exercem a segurança escolar, prevenindo, mediando e solucionando conflitos. Em horários destinados ao PSUME ou na ausência de algum docente, o Supervisor Militar ministra palestras com temas pré-determinados pela coordenação militar, tais como Educação Ambiental, Direitos Humanos, Valores Cívicos, dentre outros, podendo ainda promover atividades físicas, sejam esportivas ou de Ordem Unida (Pará, 2024b). Válido é frisar que as atribuições do Supervisor Militar são diversas às dos professores, contudo, cooperam-se com estes profissionais de ensino (Moraes, 2020).

O Manual do Aluno SUME (Pará, 2022) é a norma que regulamenta a conduta dos discentes partícipes do programa, descrevendo detalhadamente os direitos e deveres do Aluno SUME, bem

como trazendo um rol de transgressões escolares com os seus devidos procedimentos correspondentes, tais como Orientação, Advertência, dentre outros, que serão conduzidos pelo Supervisor Militar juntamente com a Coordenação Pedagógica (Pará, 2022b). De igual modo, as Normas Gerais de Ação (NGA) do SUME regulamenta as atividades, atribuições e demais procedimentos inerentes ao programa (Pará, 2024b).

Dentre as diversas atribuições do Aluno SUME, destaca-se a função de comandante de Batalhão Escolar, que é exercida por um aluno do terceiro ano do Ensino Médio, tendo em vista sua classificação em classe, quanto às suas médias de notas e comportamento escolar. Tal função busca desenvolver a responsabilidade, proatividade, liderança, dentre outros valores fundamentais, já que, com o devido acompanhamento dos Supervisores Militares, este discente fiscaliza a frequência escolar de todo o seu turno, bem como o comportamento e uniforme escolar dos demais alunos. Por se tratar de uma função por tempo determinado e em caráter de revezamento entre os discentes com melhores comportamento e notas, desperta nos demais alunos o incentivo à melhorar a conduta e suas médias escolares, almejando galgar a prestigiosa função (Pará, 2022b).

Visando a melhoria contínua e progressiva dos alunos em todos os aspectos, inclusive comportamentais, o PSUME conta com os clubes de atividades, que são projetos específicos realizados no contraturno às aulas regulares ou nos dias não letivos, destinados, via de regra, aos alunos com melhores comportamentos e médias escolares. Coordenados e integrados à gestão escolar, os clubes são ministrados por supervisores militares e docentes capacitados, podendo abarcar atividades lúdicas, esportivas, de Ordem Unida, de cunho artístico, dentre outras. Tais projetos visam melhorias comportamentais nos alunos e dirimir a potencial vulnerabilidade social dos discentes nos períodos diversos das aulas (Pará, 2024b).

Cordeiro et al. (2023) pontuam que estes clubes auxiliam na diminuição dos índices de evasão escolar, ao passo que propiciam a diminuição de comportamentos inadequados e conflituosos, premissa defendida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em seu Guia para Prevenção do Crime e da Violência (2005) acerca de projetos similares:

Os melhores resultados têm sido encontrados em instituições que possuem regras claras de disciplina, que permitem aos alunos uma margem de construção destas regras e que trabalham com técnicas de recompensa dos comportamentos virtuosos [...] (Brasil, 2005, p. 37).

A Escola com Supervisão Militar Educacional Brigadeiro Fontenelle está situada no bairro da Terra Firme, na cidade de Belém/PA, sob a circunscrição do 37º Batalhão de Polícia Militar. Ferreira, Coelho e Nascimento (2023) pontuam que a alta incidência criminal deste bairro tem raízes históricas, decorrente da expansão territorial e periferização iniciada no período do Ciclo da Borracha. Esta ocupação desordenada delineou fortes traços de exclusão social e consequentemente elevada taxa de criminalidade, conforme reitera dados recentes do período de 2019 a 2022 da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), referentes à ilícitos na escola Brigadeiro Fontenelle e nas ruas que a contornam, revelando em especial ocorrências de lesão corporal, uso e tráfico de drogas e apresentado uma certa diminuição nestas incidências relativas à entorpecentes especialmente no ano de 2022 (Pará, 2023).

O referido programa foi implementado no ano de 2022, tendo inicialmente um efetivo fixo de 16 policiais militares – oficiais e praças –, que somados à mais de 200 (duzentos) policiais capacitados no CSUME, de diversos batalhões que concorrem diariamente às escalas de serviço extraordinário (Cordeiro et al., 2023).

Algumas pesquisas demonstram a realidade do programa em cidades paraenses, como a de Santos et al. (2025) na referida escola em Belém/PA, por Nery et al. (2026a) no Município de Benevides/PA correlacionando a outro programa da PMPA e no mesmo município, em uma vila do interior (Nery et al., 2026b), nesta última pesquisa com foco na verificação do programa enquanto instrumento de prevenção criminal.

3. METODOLOGIA

Realizou-se, quanto à finalidade do estudo, uma pesquisa aplicada, uma vez que o objetivo foi analisar entendimentos dos atores do processo preventivo de segurança pública da PMPA em uma escola para sugerir possíveis melhorias (Prodanov; Freitas, 2013). No que se refere à abordagem, desenvolveu-se uma pesquisa quanti- qualitativa, junto aos policiais militares do PSUME e alunos do ensino médio da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, município de Belém, estado do Pará (Gil, 2008).

No que tange aos procedimentos técnicos, foi empregada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a fim de compreender mais adequadamente a dinâmica técnica utilizada no programa da instituição policial e seus reflexos no âmbito escolar (Gil, 2008). Utilizaram-se as premissas da pesquisa exploratória e descritiva, quanto aos objetivos propostos, pois inicialmente foi apresentado o tema de forma geral, e em seguida das descrição pormenorizada dos achados do estudo com a devida análise (Gil, 2008).

A pesquisa foi aplicada no lócus da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, localizado no Bairro Terra Firme, Município de Belém, Estado do Pará, localidade da região Metropolitana de Belém que apresenta números de elevada vulnerabilidade social, principalmente relacionada à segurança pública e na ausência de serviços essenciais.

Os dados bibliográficos e documentais foram coletados nos acervos de produção científica (CAPES, SciELO e outras bases de dados), bem como sítios eletrônicos que disponibilizam normas jurídicas referentes ao tema da pesquisa. Com os participantes da pesquisa de campo, foram aplicados 2 questionários, de modo que um foi designado aos policiais militares do PSUME, com população (N) de 67 participantes, e aos alunos integrantes da população (N) do ensino médio da unidade escolar, configurando o total de 87 (oitenta e sete) participantes.

Na pesquisa empírica, a coleta de dados deu-se mediante o emprego de questionários semiestruturados aos integrantes das duas populações, os quais foram aplicados de maneira síncrona, de forma que as pesquisas seguiram os preceitos éticos, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. A pesquisa com os agentes de segurança pública, foi autorizada pela instituição policial de acordo com a Portaria nº 137/2020 -Gabinete do Comando, passado pelo Comitê de Ética da PMPA, a qual acompanhou o procedimento acadêmico.

Para as análise dos dados qualitativos utilizou-se da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), objetivando a interpretação dos textos teóricos e jurídicos, e quanto aos dados quantitativos, foi empregada a Técnica de Estatística descritiva (Bussab; Morettin, 2017), mediante a apresentação

dos resultados com uso de elementos gráficos para facilitar a discussão proposta.

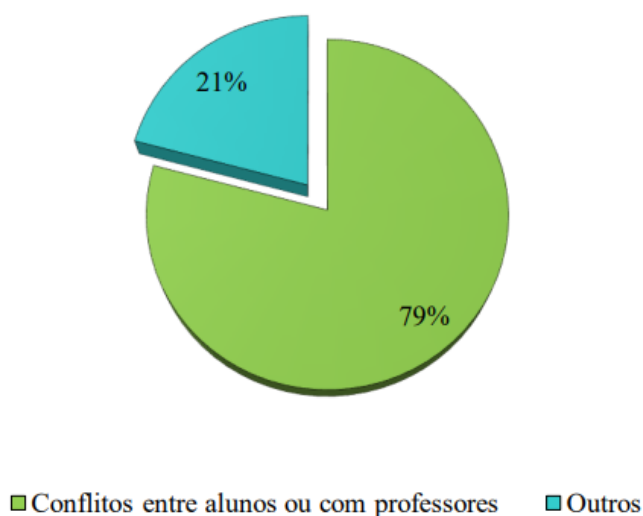
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No intuito de observar a dinâmica das relações sociais na Escola Brigadeiro Fontenelle e seu entorno – haja vista o PSUME objetivar consolidar o ambiente escolar e a comunidade adjacente como um espaço seguro –, bem como analisar a efetividade do referido programa, tem-se os estudos de Cordeiro et al. (2023) sobre a criminalidade, com dados criminais fornecidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) no intervalo temporal do ano de 2019 a 2022. Os autores relatam que os crimes perfizeram o total de 1.178 registros no interior e no entorno da Escola Brigadeiro Fontenelle, verifica-se uma gama de ilícitos penais, tais como roubo, furto, tráfico de drogas, dentre outros.

Observou-se, pelos estudos de Cordeiro et al. (2023), que no ano de 2019 foram registradas 375 (trezentas e setenta e cinco) ocorrências; por sua vez, em 2020 foram computadas 304 (trezentas e quatro) ocorrências; ao passo que em 2021, catalogaram-se 383 (trezentas e oitenta e três) incidências criminais; todavia, no ano de 2022, período em que o PSUME foi implementado, registraram-se 216 (duzentos e dezesseis) ilícitos penais, apresentando uma expressiva redução em comparação aos anos anteriores. Em relação ao ano de 2021 a diminuição deu-se na ordem de 56,40%, e em contraste ao ano de 2019, o decréscimo alcança 57,6%. Ressalta-se que este acentuado índice de diminuição da mancha criminal em 2022 nesta localização coincide com o ano de início do programa de prevenção em questão (Cordeiro et al., 2023).

Dos questionários semiestruturados aplicados às populações de policiais militares do PSUME e de alunos da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, obteve-se os resultados destacados nas figuras e tabelas adiante. Iniciando pela pesquisa com o policiais militares supervisores atuantes na referida unidade de ensino público, os quais estão lotados no 37º Batalhão de Polícia Militar (37º BPM) no Bairro da Terra Firme, em Belém/PA.

Figura 1 - Tipos de ocorrências escolares mais frequentes no PSUME do 37º BPM na Escola Brigadeiro Fontenelle, 2023.

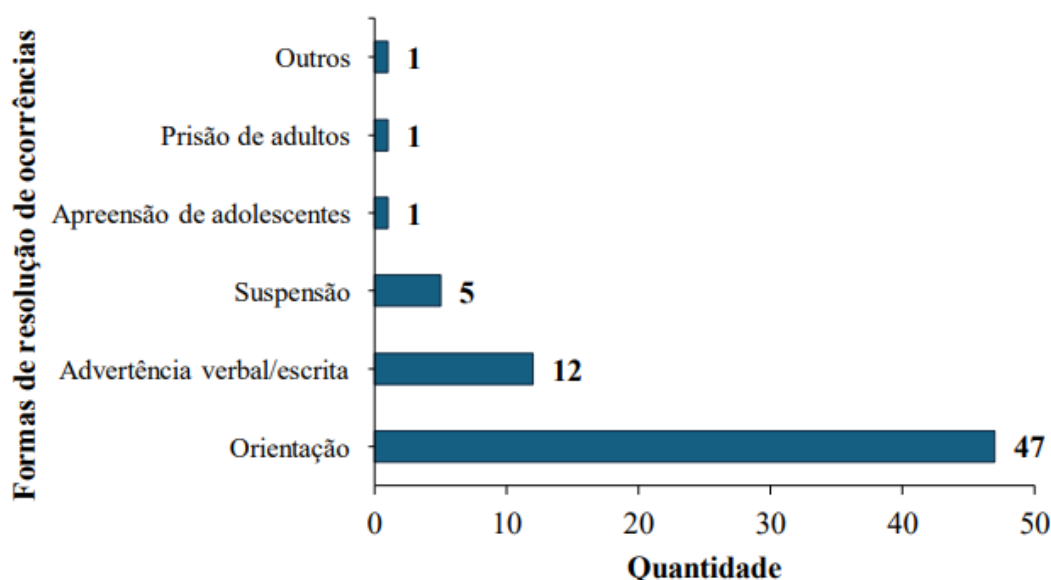


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Figura 1 apresenta a percepção dos policiais militares quanto ao tipo de ocorrência escolar mais comum na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, de maneira que para 79% dos participantes o conflito entre discentes e docentes são os eventos negativos mais observados. Esse quesito da pesquisa teve maior evidência de registros pelos policiais militares, mesmo que outras alternativas como “Depredação de patrimônio”, “Furto/Roubo”, “Uso/Tráfico de entorpecentes” e “Homicídio” tenham sido previstas na pesquisa, sendo que para 21% dos policiais militares participantes a alternativa “Outros”, que enquadra quaisquer outras ocorrências não previstas na pergunta em tela, como as infrações penais (Nery et al., 2026a).

Vê-se que a dinâmica da violência entre alunos e entre estes e docentes é uma constante na escola, sendo evidente em outras unidades da federação, conforme noticiadas nos meios de comunicação e ratificadas no recente relatório do Ministério da Educação (Brasil, 2023).

Figura 2 - Formas de resolução de ocorrências escolares mais frequentes no PSUME do 37º BPM na Escola Brigadeiro Fontenelle, 2023.

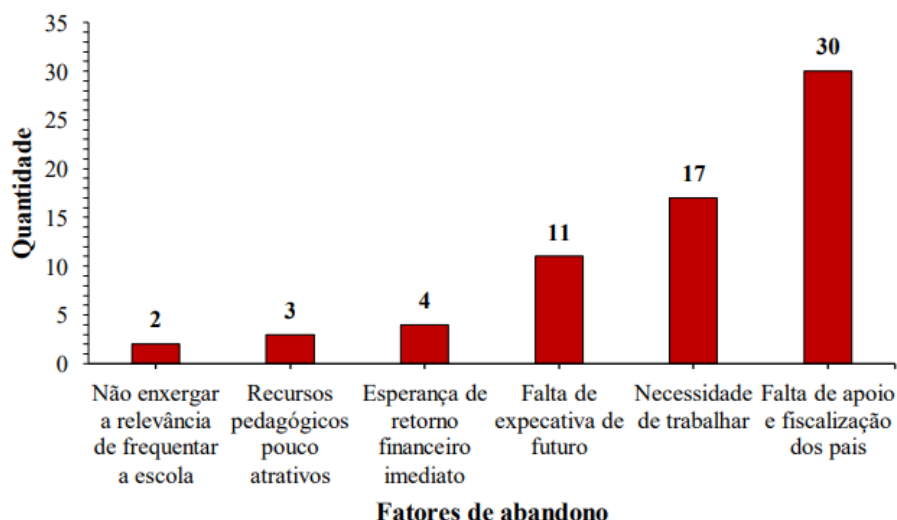


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme as informações da Figura 2, a forma de resolução de ocorrência mais aplicada pelos policiais militares do PSUME na unidade de ensino em estudo é a “Orientação” com o percentual de 70% de todas as resoluções.

Na mesma figura percebe-se que a “Advertência” e a “Suspensão” compreendem cerca de 25% das resoluções, sendo que tais ferramentas são consideradas formas corretivas de ações inadequadas dos alunos e contrapõem-se ao entendimento por vezes errôneo e propagado na sociedade de que a polícia militar somente atua no ambiente escolar (como em outros locais) como instituição eminentemente repressora, porém o que se demonstra é a priorização de ferramentas pedagógicas por parte da instituição de segurança pública (Nery et al., 2026a), conforme prevê os objetivos do PSUME (Pará, 2024b).

Figura 1 - Fatores condicionantes para o abandono escolar dos alunos na Escola Brigadeiro Fontenelle, 2023.

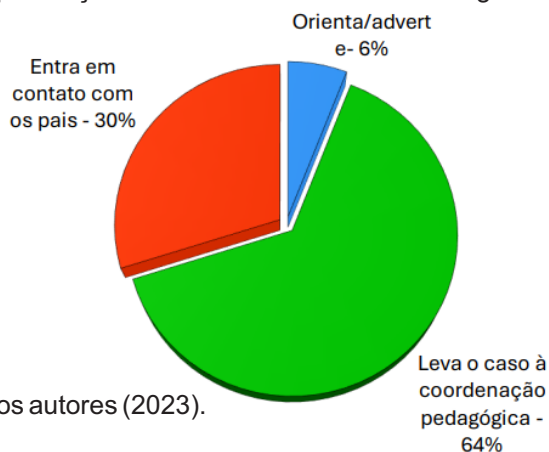


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ao serem interpelados acerca dos fatores que levam os alunos a abandonar a escola, a Figura 3 deixa a mostra que 45% dos policiais militares supervisores afirmam que o principal fator causante da problemática escolar é a “Falta de apoio e fiscalização dos pais”, seguido do percentual de 25% que apontam a “Necessidade de trabalhar” como causa da evasão escolar e 16% informando que os alunos comentam “Não possuírem expectativa de futuro”. Tais resultados coincidem o entendimento de Polo (2022) acerca da imprescindibilidade do apoio e supervisão dos pais à caminhada escolar do aluno para seu sucesso estudantil.

No que tange à necessidade de trabalhar, concatena-se com os resultados obtidos por Nascimento (2021), revelando a desmotivação dos alunos causada pelo carecimento de exercer atividades laborais para ajudar no sustento da família. Quanto à falta de expectativa de futuro dos discentes, este fator aponta a urgente necessidade, conforme Polo (2022), de se articular estratégias intersetoriais e multidisciplinares que integrem família, escola e demais órgãos estatais buscando motivar e manter este aluno na escola. Neste sentido, Cordeiro et al. (2023) destaca o PSUME como uma promissora ferramenta estatal na resolução desta problemática, através da colaboração com a coordenação pedagógica no acompanhamento e fiscalização de faltas, bem como com o fomento da motivação dos alunos através dos clubes pedagógicos de atividades.

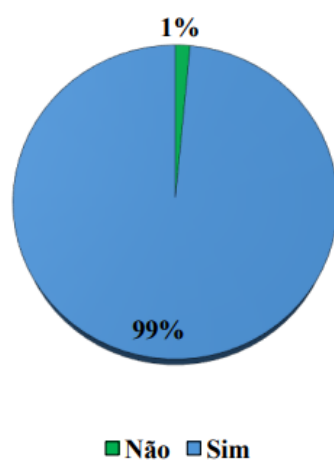
Figura 4 - Formas de prevenção à evasão escolar na Escola Brigadeiro Fontenelle, 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em complemento aos dados da Figura 3, 64% dos policiais militares assevera que atuam na prevenção da evasão escolar na escola com a condução dos discente e a situação à coordenação pedagógica da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, na observância de alunos faltosos repetidamente, como apresentado na Figura 4. Essa atitude dos supervisores militares educacionais ratifica o compromisso desses agentes públicos em acompanhar o dia-a-dia dos discentes vinculados ao PSUME, de forma sinérgica com a coordenação escolar, visando prevenir que este aluno abandone os estudos e que, conseqüentemente, longe dos cuidados do espaço escolar, conforme pontuou Polo (2022), fiquem mais vulneráveis às mazelas sociais e diversos tipos de violência, acrescenta laralha (2015) como vítima, ou ainda influenciado pelo meio e pelos pares, perpetrador.

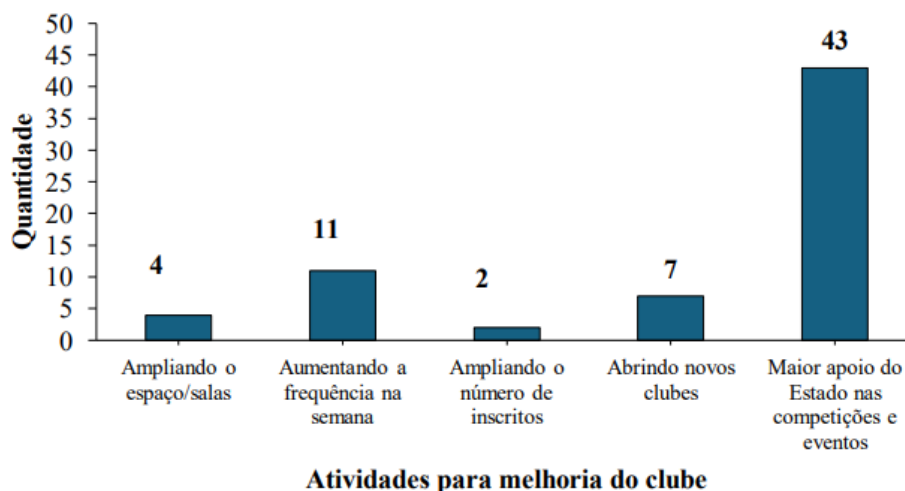
Figura 5 - Motivação dos clubes à melhoria do comportamento escolar na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme a Figura 5, as atividades dos clubes do PSUME para quase totalidade dos policiais militares supervisores (99%) é uma forma de motivar os discentes a participar das atividades escolares. Esta visão corrobora com o objetivo do programa e coincide com a percepção de Cordeiro et al. (2023) que apontam essas ações pedagógicas, que incluem práticas desportivas, artísticas, passeios, dentre outros, como importantes ferramentas para despertar o aumento do interesse escolar dos alunos, tendo em vista, como reforça o entendimento de Brasil (2005), os critérios de frequência, disciplinares e de notas exigidas, o que torna-se meio de dissuasão à evasão escolar, a comportamentos antissociais, bem como a motivação à melhoria do rendimento escolar (Brasil, 2005; Cordeiro et al., 2023).

Figura 6 - Atividades para melhorias do clube na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 2023.

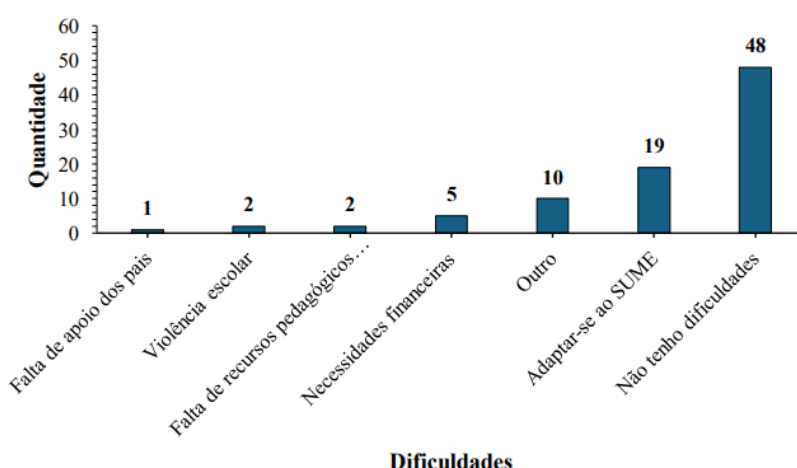


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com a evidente importância dos clubes de atividades do PSUME para prevenção de eventos e comportamento inadequados dos alunos, ao serem questionados, 64% dos policiais militares participantes afirma que para a eficiência total dos clubes há de ser dispensada mais atenção do Poder Público estadual no sentido de integrar demais órgãos e entidades da Administração Pública, como destaca Polo (2022) para que mais atividades sejam des envolvidas, conforme a normativa referente ao programa (Pará, 2024b), seja na escola ou em outras unidades de ensino (Cordeiro et al., 2023), como evidenciado na Figura 6.

Na segunda parte da pesquisa, verifica-se como os alunos da Escola Brigadeiro Fontenelle recebem a atividade do PSUME e qual a percepção acerca do referido programa da PMPA.

Figura 7 - Dificuldades para manterem-se na escola pelos alunos atendidos pelo PSUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 2023.

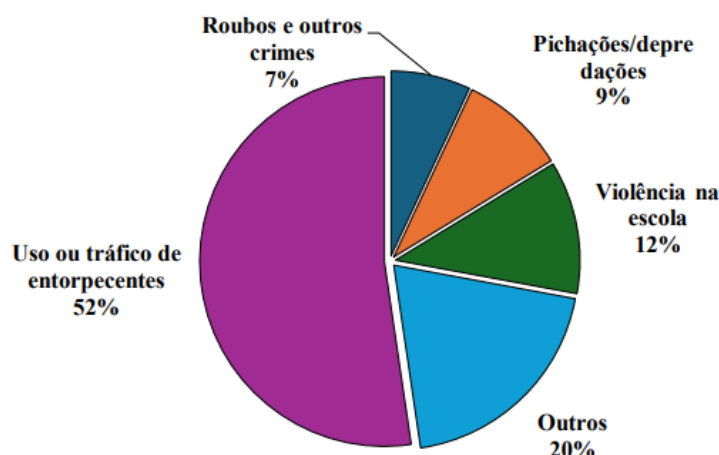


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Como se verifica na Figura 7, dos 87 (oitenta e sete) alunos participantes da pesquisa, cerca de 55%, afirmam que não possuem dificuldades em manter-se na escola, 21% destaca que

adaptar-se ao PSUME é sua maior dificuldade, que tem correlação com os valores e os procedimentos adotados pelo programa na referida instituição ensino público. Estes dados podem direcionar aos gestores do PSUME mudanças na forma de se relacionar com os alunos, aplicando novas metodologias educacionais e de aproximação, observando as individualidades de cada discente, como bem pontua Nascimento (2021), prevenindo que tais percalços possam favorecer a evasão e o abandono escolar, podendo ensinar em ações ilícitas por parte destes alunos.

Figura 8 - Problemas vivenciados antes do PSUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na Figura 8 fica evidenciado que antes da implementação do PSUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 52% dos alunos participantes do estudo de campo afirmou que a utilização e o tráfico de entorpecentes eram identificados com maior frequência nesta unidade ensino, ao passo que 20% dos alunos participantes apontou outras formas de prática ilegais e 12% observou atos de violência escolar na unidade de ensino estadual, o que reforça os dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre violência no ano de 2025 (FBSP, 2025) e ratifica os apontamentos da recente pesquisa do Ministério da Educação sobre a violência nas escolas do país (Brasil, 2023).

Estabelecendo uma correlação com a Tabela 2, sobre os principais atrativos do PSUME na visão dos alunos, a segunda resposta mais relevante consiste em “estar em um ambiente seguro”, demonstrando que atualmente, após a implementação do programa educacional a presença constante dos agentes policiais no espaço escolar tem transmitido uma maior sensação de segurança aos discentes, assertiva evidenciada nos dados coletados dos assentamentos da SIAC, que revelaram significativa redução nos índices criminais na referida escola e seu entorno após a ativação do PSUME (Cordeiro et al., 2023).

Tabela 1 - Motivos de abandono de estudo na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 2023.

Motivo	Quantidade
Falta de expectativa de futuro	25
Necessidade de trabalhar	24
Falta de apoio dos pais	15
Dificuldade de adaptar ao PSUME	13
Esperança de retorno financeiro	4
Más companhias	2
Falta recorrente de professores	1
Outros	1
Total	85

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ao serem questionados sobre os motivos de abandono das atividades escolares, 29% destes alunos asseveram a falta de expectativa de futuro como fator crucial, sendo de igual modo a necessidade de trabalhar outro ensejo para o abandono escolar para 28% dos participantes, enquanto que para 18%, a motivação para esse absentismo seria decorrente da falta de apoio dos pais, conforme demonstrado na Tabela 1. Ressalta-se que dos 87 (oitenta e sete) alunos participantes da pesquisa, 2 (dois) não quiseram responder a tal pergunta do questionário. Ambos os motivos mais relevantes concatenam com a visão dos Supervisores Militares sobre esta temática demonstrada na Figura 1.

A correlação entre os resultados obtidos no questionamento acerca dos fatores preditores da evasão escolar sob a ótica dos agentes policiais e dos discentes ratificam os apontamentos de Nascimento (2021) a respeito da necessidade financeira que lamentavelmente obriga o aluno a exercer a responsabilidade de ajudar no sustento da família. Calixto (2019) acentua que, a dificuldade de conciliar trabalho e aulas gera atrasos, cansaço extremo e limitações cognitivas resultando, conseqüentemente, no abandono dos estudos. Ademais, os fatores que evidenciam a carente supervisão dos pais e a falta de expectativa dos alunos reforçam a premissa de Polo (2022) de que é necessário fortalecer a integração entre família, escola e demais órgãos no acompanhamento e orientação à estes alunos quanto à importância dos estudos.

Tabela 2 - Preferência das atividades do PSUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.

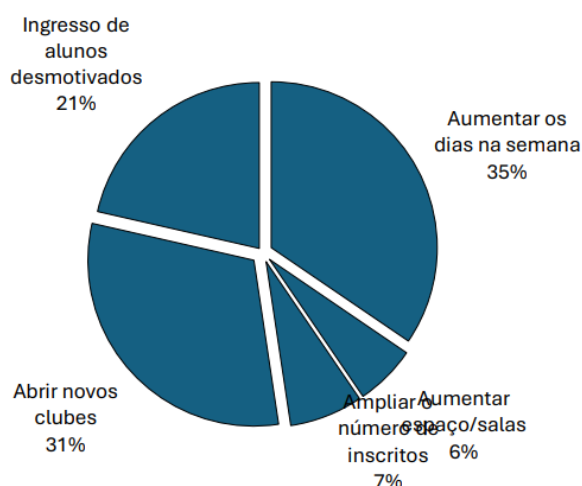
Preferências dos alunos	Quantidade
Aprender valores e princípios	32
Estar em um ambiente seguro	23
Outros	12
Não gosto de fazer parte da PSUME	9
Participar dos clubes	7
Usar uniforme / fazer ordem unida	3
Total	86

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No que concerne aos atrativos e preferências dos alunos atendidos pelo PSUME, 37% destacaram os ensinamento de valores e princípios próprios do programa educacional. A possibilidade de estar em ambiente escolar que tenha segurança, ou seja, policiamento ostensivo constante, compreende cerca de 26% das respostas dos participantes. Somente 10% rejeitam a experiência de participar do programa SUME, o que evidencia uma considerável aceitabilidade do programa da PMPA por parte do corpo discente da referida escola, como demonstrado pela Tabela 2.

A pesquisa de igual modo aponta que a atividade dos clubes promovidos pelos policiais militares do SUME e a participação em atividades de ordem unida/uso de uniformes são preferência, respectivamente, de apenas 8% e 4% dos alunos participantes. Neste quesito, não houve resposta de 1 (um) participante. Evidencia-se com a fundamental resposta, no que tange aos alunos terem como principal atrativo do PSUME o ensinamento de princípios e valores basilares, que o Programa está cumprindo seu objetivo proposto. De acordo com Pará (2022b), promover o fomento destes princípios no seio escolar propicia a melhoria comportamental dos alunos, ao passo que, conforme Cordeiro et al. (2023) estabelece um ambiente salutar, seguro para toda a comunidade escolar e propício ao bom aprendizado dos alunos (Nery et al., 2026a).

Figura 9 - Melhoria nos clubes de atividades do PSUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 2023.

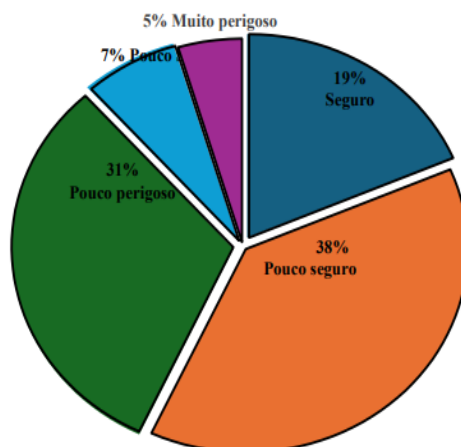


Fonte: Elaborado pelos autores, JUL/2023.

A Figura 9 apresenta na percepção de 35% dos alunos participantes que as melhorias no funcionamentos dos clubes mantidos pelo PSUME seriam alcançadas pelo aumento do período de funcionamento diário e durante a semana. Para 31%, a otimização dos clubes de atividades seria alcançada implementando novas unidades destes projetos com ações diversificadas para os alunos. Por fim, para melhorar os clubes, 21% dos entrevistados apontam a reformulação de regras de participação, flexibilizado-as para permitir o ingresso de alunos desmotivados, pois os rígidos critérios comportamentais e de notas acabam por desincentivar alguns discentes da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle quanto à este aspecto do programa (Santos et al., 2025).

Concernente à estes projetos, otimizar seu funcionamento, seja aumentado os dias ou flexibilizado seus critérios de ingresso contribuiria para expandir seu alcance de alunos, efetivando melhorias comportamentais e reduzindo a potencial vulnerabilidade social destes nos períodos diversos das aulas, conforme reitera Iralha (2015) referindo-se aos fatores comportamentais e a utilização deficitária do tempo livre do discente como algumas das principais variáveis preditoras da delinquência.

Figura 10 - Percepção dos alunos do SUME quanto a segurança do bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Finalizando a pesquisa com os alunos da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, foi perguntado sobre a percepção da segurança do bairro Terra Firme, localização da residência destes discentes e da referida unidade de ensino, sendo observado que para 38% dos alunos este bairro é pouco seguro, para 31% é pouco perigoso e é visto como seguro somente para 19% dos participantes, conforme expressa a Figura 10. Este gráfico ainda destaca para 5% dos discentes integrantes da pesquisa, como um bairro muito perigoso, como em outras localidades de aplicação do programa (Nery et al., 2026b). Tal percepção dos estudantes coaduna com os dados consolidados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no que se refere à violência e criminalidade elevadas nas cidades da Amazônia brasileira, notadamente em localidades periféricas, as quais em sua maioria estão desprovidas de serviços públicos essenciais (FBSP, 2025; Santos et al., 2025).

Concatenando este resultado da Figura 10 com os apontamentos da Tabela 2, releva-se que uma parte significativa destes alunos enxerga a escola em foco como um ambiente seguro, ratificando os índices apurados pela SIAC que evidenciam uma expressiva diminuição da mancha criminal no interior e na circunvizinhança desta unidade de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades da Polícia Militar do Pará não se limitam a repressão de crimes, em verdade, sua natureza legal reflete-se nas ações que direcionam a prevenção de quaisquer atos que prejudiquem a boa convivência social. O ambiente escolar atualmente passa por crises que se consolidam em atos violentos que prejudicam o bem estar dos atores que trabalham e estudam

nas unidades de ensino.

A pesquisa objetivou compreender como os policiais militares atuantes no PSUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle realizam suas ações e como os alunos que participam desse programa da PMPA percebem as atividades desenvolvidas, sendo para tal aplicada a priori uma pesquisa documental e bibliográfica no que tange ao tema e posteriormente uma pesquisa de campo com os atores citados, a fim de obter informações e estruturar o artigo mediante as premissas de uma pesquisa aplicada, quanti-qualitativa, exploratória e de viés descritivo.

Dentro da proposta do artigo, o problema levantado foi satisfatoriamente respondido, sendo refletivo pelos resultados do estudo, em que os policiais militares supervisores apontaram que há preponderância de conflitos entre professores e alunos, de modo que todas as ocorrências são resolvidas em sua maioria com orientações pedagógicas, sendo observada a evasão/abandono escolar causada em maior densidade por falta de apoio e fiscalização dos pais dos alunos e a latente necessidade do aluno exercer atividades laborais para contribuir para o sustento da família, contundo a forma de enfrentamento a este problema evidencia-se no fomento à integração entre supervisores militares, profissionais da educação e família.

Consideram esses profissionais de segurança pública que os clubes de atividades do PSUME podem motivar os alunos, tanto no aspecto da assiduidade quanto na melhorias das notas escolares, mas com apoio maciço de órgãos estatais na promoção de atividades diversificadas aos alunos e maior suporte nas atividades externas e competições, tendo em vista as atividades esportivas realizadas neste projeto.

Quanto aos resultados da pesquisa de campo com os alunos do PSUME, constata-se que em sua maioria não enfrentam dificuldades em manter-se na escola, entretanto aqueles que demonstram esse problema defendem que é oriundo da falta de apoio e supervisão de seus genitores, bem como a carência de trabalhar para ajudar a família. Estes discentes apontaram também, antes da implementação do programa, o uso e tráfico de drogas no ambiente, contundo, atualmente enxergam a importância dos ensinamentos de valores e princípios do programa e afirmam sentirem-se seguros com a presença constante dos agentes policiais.

Sobre os clubes de atividades, estes revelaram-se uma importante e eficaz ferramenta para motivar a melhoria comportamental, as médias escolares e a evasão, embora a maioria dos discentes sugiram flexibilizar os critérios de ingresso neste projeto, tendo em vista serem restritos aos alunos com melhores notas e frequência escolar, bem como expandir seus dias de funcionamento.

Portanto, o artigo tela evidencia a relevância da atuação da Polícia Militar do Pará no ambiente escolar por intermédio das ações do Programa de Supervisão Militar Escolar, como meio de prevenção de conflitos, violência e atos contrários à lei, de modo que atores relevantes nos processos do PSUME, como os policiais militares e alunos destacam tal importância, no entanto essa pesquisa arranha a superfície do tema sendo necessários novos estudos, bem como que sejam instituídos novos processos pedagógicos envolvendo os policiais militares do SUME e aquisição de tecnologias de comunicação para estreitar os laços da rede de apoio entre os membros da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Guia para Prevenção do Crime e da Violência nos Municípios*. Secretaria Nacional de Segurança Pública –SENASP. Brasília: SENASP, 2005.

BRASIL. Decreto nº 11.469, de 5 de abril de 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11469.htm >. Acesso em: 13 mai. 2026.

BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. *Estatística básica*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CALIXTO, Anna Luiza. Abandono da escola ou escola que abandona? In: *Criança Livre de Trabalho Infantil*. 2019. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/colunas/abandono-da-escola-ou-escola-que-abandona/>. Acesso em: 13 mai. 2026.

CORDEIRO, Adeilson Silva; SANTOS, Charlles Ribeiro; DOS SANTOS, Daniel Fernando Lobato; LIMA, Glaydson José Vasconcelos; BAIA, Moisés Batista Campos. O Projeto Supervisão Militar Educacional (SUME) como ferramenta de prevenção primária e seus reflexos na Escola Brigadeiro Fontenelle e comunidade local. 62f. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Segurança Pública). Instituto de Ensino de Segurança do Pará. Marituba: IESP, 2023.

DIAS, Marília da Conceição da Silva. *Fatores de risco na delinquência juvenil: O grupo de pares, a impulsividade e o consumo de drogas*. 86f. 2012. Dissertação de Mestrado (Psicologia). Universidade do Porto, Portugal, 2012.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025*. Ano 19. São Paulo: FBSP, 2025.

FERREIRA, Antônio Carvalho; COELHO, Helder Santos; NASCIMENTO, Robson Patrick Brito. O bairro Terra Firme no contexto da periferização nas baixadas do sul da cidade de Belém (PA). *Estudos geográficos e cartografias na Amazônia*, Belém, v. 1, p. 45-60, 2023.

FERREIRA, Pedro Moura. *Delinquência juvenil, família e escola*. *Análise Social*, Lisboa, Portugal, v. 32, n: 143-144, p. 913-924, 1997.

IARALHA, Laís Brisolla. *Fatores de risco subjacentes à delinquência juvenil*. 2015. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Criminologia) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Lígia Costa; BOTELHO, Adriana Pedreira; LIMA, Bianca. Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 45-59, 2019.

MORAES, Hélio Paixão de. *A Funcionalidade do Policiamento dentro do Espaço Escolar*. 2020. 81f. Dissertação de Mestrado (em Segurança Pública) – Programa de Pós-graduação em

Segurança Pública. UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2020.

NASCIMENTO, Hélio Daniel. Absentismo escolar-a opinião dos professores de duas escolas públicas em Belém do Pará-Brasil. 2021. 100f. Dissertação de Mestrado (Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica). Universidade do Porto, Évora. 2021.

NERY, Ítalo Roger Monteiro; ARAÚJO, Erailton Moreira de; ALENCAR, Roberto Rodrigues; SANTOS, Otávio Augusto da Silva; CARDOSO, Pedro José Ferreira. Peculiaridades entre os programas PMZITO e PSUME da PMPA empregados no município de Benevides/PA: um processo somático que previne e protege crianças e adolescente da violência e da criminalidade. Revista FT, Rio de Janeiro, v. 30, n. 158, p. 1-10, 2026a.

NERY, Ítalo Roger Monteiro; ARAÚJO, Erailton Moreira de; ALENCAR, Roberto Rodrigues; SANTOS, Otávio Augusto da Silva; CARDOSO, Pedro José Ferreira. O 39º BPM enquanto ferramenta na redução da criminalidade na cidade de Benevides/PA no ano de 2025 : a 2ª cia (Murinim) em foco. Revista FT, Rio de Janeiro, v. 30, n. 157, p. 1-8, 2026b.

POLO, Alessandra. Evasão escolar e a importância da rede de proteção (2021-2022). 2022. 32 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PARÁ. Lei Complementar N° 53, de 07 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a Lei de Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará – PMPA, e dá outras providências. Disponível

em:<https://www.pm.pa.gov.br/images/PM1/Disp%C3%B5e_sobre_a_organiza%C3%A7%C3%A3o_b%C3%A1sica_e_fixa_o_efetivo_da_Pol%C3%ADcia_Militar_do_Par%C3%A1_.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2026.

PARÁ. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará DGO/PMPA. Regula o Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará. Belém. 2014

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Pará. Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025. Estado Maior da PMPA. 6ª seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015.

PARÁ. Diretriz N° 001/2018 - Diretriz de Polícia Comunitária (DPC), de 09 de março de 2018. Disponível em:

<https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/BGs/2018/03%20MAR%C3%87O/2018.03.09-adit046.pdf> Acesso em: 12 mai. 2026.

PARÁ. Decreto N° 141, de 10 de junho de 2019. Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - “Territórios pela Paz - TerPAZ”. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/4870>. Acesso em: 27 mai. 2026.

PARÁ. Lei N° 9.771, de 23 de dezembro de 2022a. Dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz) no âmbito do Estado do Pará. Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/alerta-legislativo/LO9771.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2026.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. Portaria N° 81/2022 - GAB CMD, de 13 de maio de 2022b.

Programa de Supervisão Militar Educacional (SUME). Belém, 2022.

PARÁ. Lei Complementar N° 165, de 28 de abril de 2023. Altera a Lei Complementar Estadual n° 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA); altera a Lei Complementar Estadual n° 42, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará; e cria e extingue cargos na estrutura da Polícia Militar do Pará (PMPA). Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/alerta-legislativo/LC165.pdf> Acesso em: 27 jun. 2026.

PARÁ. Manual do Aluno SUME. 2022. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20064%20II%20-%20De%2004%20ABRIL%202022%20-%20DGEC%20MANUAL%20DO%20ALUNO%20-%20SUPERVISO%20MILITAR%20EDUCACIONAL.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2026.

PARÁ. Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar – MAPE. Polícia Militar do Pará. 2024a. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20147%20II%20-%20De%2009%20AGO%202023%20-%20MANUAL%20AES%20POLICIAIS%20MILITARES%20EM%20AMBIENTE%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2026.

PARÁ. Portaria N° 44/2024 – GAB CMD°. Institui no âmbito da Polícia Militar do Pará, as Normas Gerais de Ação do Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME - NGA) e dá outras providências. 2024b. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20018%20II%20de%2025%20JAN%202024%20-%20DGEC%20NORMAS%20GERAIS%20DE%20AO%20DO%20PSUME.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristianos; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Jorge Fabricio dos; BAIA, Moisés Batista Campos; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; MIRANDA, Wando Dias; REIS NETTO, Roberto Magno. Percepção dos alunos da escola atendida pelo programa Supervisão Militar Educacional da Polícia Militar do Pará em Belém, Pará, Brasil. In: CARVALHO JUNIOR, José Gracildo de et al. (orgs). Segurança Pública: o contexto da criminalidade versus as ferramentas de repressão Volume I. Salvador, BA : Editora Acadêmica

da Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/389849626_Percepcao_dos_alunos_da_escola_atendida_pelo_programa_supervisao_militar_educacional_da_Policia_Militar_do_Para_em_Belem_Para_Brasil. Acesso em: 16 jul. 2026.

SILVA, Luís Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. Revista Projeção e Docência, Brasília, v. 5, n. 2, p.6-23, dez., 2014.

THOMAZ, Lurdes; OLIVEIRA, Rita de Cássia. A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo. Dia-a-dia Educação, p. 1-25, 2009. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2026.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. Brasília: UNESCO, 2019.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil (2017). UNICEF Brasil, junho de 2017. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil-2017>>. Acesso em: 15 jun. 2026